

HISTORIOGRAFIA SOBRE O NEGRO, A ESCRAVIDÃO E A HERANÇA CULTURAL AFRICANA NA BAHIA

*Erivaldo Fagundes Neves**

RESUMO

O artigo trata da produção historiográfica baiana sobre o negro, a escravidão e a herança cultural africana, com indicações de tipologias dos estudos, aspectos abordados, opções metodológicas e fontes pesquisadas.

PALAVRAS CHAVES: *Cultura negra. Escravidão. Historiografia baiana. Pesquisa histórica.*

As primeiras tentativas de estudos específicos sobre o negro, a escravidão e a herança cultural africana na Bahia foram artigos publicados no final do século XIX e início do seguinte. Um panorama dessa historiografia encontra-se na introdução de uma coletânea organizada por João José Reis (1988), no centenário da extinção do trabalho escravo no Brasil, na qual ele fez um balanço dos estudos sobre as revoltas escravas da Bahia. Além do debate teórico e metodológico, discutiu o que se produziu na Bahia sobre a escravidão e a questão negra, durante um século e, desse modo, trouxe para o debate historiográfico alguns estudos que já se perdiam no horizonte do esquecimento.

No levantamento historiográfico introdutório dessa coletânea, Reis (1988, p. 87-140) analisou desde os pioneiros estudos de José Carlos Ferreira, Eduardo Caldas Brito e Etienne Inácio Brasil, que narraram as rebeliões escravas mais conhecidas e cujos textos, publicados em periódicos de 1890

* Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs). Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

e 1903, caracterizaram-se pela incorporação de parte da linguagem e de argumentos dos repressores dessas revoltas. As primeiras obras de maior alcance surgiram com os estudos de Raimundo Nina Rodrigues¹ que, fundamentado no racismo científico, atribuiu as supostas dificuldades para se promover a civilização da sociedade brasileira, ao elevado contingente de gente negra na composição da sua população (REIS, 1988, p. 87-140). A partir da década de 1930, multiplicaram-se os estudos sobre o negro e a escravidão. As elaborações dos baianos diversificaram tanto na forma de escrever quando no modo da abordar o tema. A publicação de Pedro Calmon (1933), por exemplo, teria, na avaliação de Reis, “maior valor literário” e, aparentemente, ignorara “quase tudo da etnografia já existente sobre o negro”.

Um estudo da mão de obra escrava na área urbana de Salvador, na primeira metade do século XIX, que analisou o cativo na dupla condição socioeconômica de fornecedor de mão de obra e de objeto de mercado (ANDRADE, 1988, p. 7-25), caracterizou a historiografia sobre o negro e a escravidão produzida na Bahia em três momentos. O primeiro deles iniciara com as pesquisas de Nina Rodrigues² e Manoel Quirino (1988 – 1.ed. 1938), que “procuraram entender a importância e a participação de negros na sociedade brasileira através de estudos sobre a cultura africana de maneira geral, e em particular das religiões afro-brasileiras”. Manoel Quirino, um intelectual negro, reunira, “de maneira memorialista, parcela da vida social e cultural” de Salvador (Lody, in QUIRINO, 1988, p. 11). Seus artigos, organizados em coletânea póstuma por Artur Ramos em 1938, revelam “consistência científica” e “seriedade no tratamento” da temática abordada. Não se limitara a “pintar um quadro da realidade”, “recorda e considera as determinações dos modos de vida, das crenças e mitos, das estruturas sociais das terras de origem” (Azevedo, in QUIRINO, 1988, p. 7-9).

O segundo momento, nas décadas de 1930 e 1940, fora marcado pelos estudos de Artur Ramos, Donald Pierson, Edison Carneiro e Luís Viana Filho que, “apesar de darem ao tema enfoques diversos”, destacaram-se mais “pelo aprofundamento das pesquisas de campo”, “conhecimento da documentação”, e por devolverem “ao negro brasileiro a dignidade humana que por muito tempo lhe fora negada” (ANDRADE, 1988, p. 15). Artur Ramos

¹ RODRIGUES, Nina. O animismo fetichista dos negros bahianos. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro, t. 6-7, 1896; RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1922 [1. ed. 1906].

² Cf. nota anterior.

(1951 [1.ed. 1934]; 1979 [1.ed. 1935]) retomara as teses de Nina Rodrigues, mas teria avançado com a dignificação do negro ao “substituir a ideia de uma hierarquia de culturas pelo conceito de “relatividade das culturas” (REIS, 1988, p. 100-101). Ramos procurou acompanhar a trajetória histórica do negro na África, com a identificação de áreas étnicas e culturais e o legado transferido compulsoriamente às Américas.³ Donald Pierson reproduzira “impressões de viajantes estrangeiros do século XIX” e concebera “a escravidão no Brasil como servidão suave”, as insurreições teriam resultado da “boa vida dos escravos” e a elevada incidência delas poderia sugerir severidade especial no cativo do Brasil, mas a realidade teria sido o contrário (REIS, 1988, p. 103). Em “Quilombo de Palmares”, Edson Carneiro descreveu as campanhas contra os quilombolas, com destaque da resistência e das culturas negras e a conjuntura de dominação holandesa; em “O Candomblé da Bahia” dedicou-se aos cultos de origem africana, com ênfase no candomblé (CARNEIRO, 1988 [1.ed. 1947]; s.d. [1.ed. 1948]). Carneiro interessava-se mais pelas manifestações culturais de grupos sociais de raízes negras.

A obra de Luís Viana (VIANA FILHO, 1988 [1.ed. 1946]) destaca-se, sobretudo, pelo estudo do tráfico, analisado em fases evolutivas, que denominou de ciclos (da Guiné, de Angola e da Mina). Enfatizou o suposto caráter guerreiro, isolacionista e anti-sincrético dos sudaneses como pressuposto das revoltas baianas em contraposição às atitudes que seriam mais pacifistas e integracionistas dos bantos (REIS, 1988, p. 103). Viana enfatizou que a organização econômica do sertão não se manifestara hostil ao negro e que o escravo fora um elemento deslocado nessa economia rudimentar das caatingas e dos campos de criação, em decorrência do seu elevado preço, o pouco emprego de mão de obra e a impossibilidade de uma severa fiscalização pelos feitores, como nos canaviais, nas minas e nos cafezais, enfim, que o negro não ofereceria, no sertão, as vantagens econômicas possíveis no litoral. Ignorou, pois, a dinâmica do sistema de escravidão e a sua capacidade de adaptação às circunstâncias de uma policultura que associava o trabalho escravo à meação e ao campesinato nas caatingas semiáridas e de uma pecuária escravista, na qual, eventualmente cativos se autoadministravam e viviam com suas famílias ou em pequenos grupos sociais na solidão dos campos de criação, nos casos de absentismo de senhores e administradores de grandes fazendas.

O terceiro momento da investigação sobre o negro na Bahia, caracterizado por Andrade, corresponderia às três décadas de 1960 a 1980,

³ Ver, por exemplo, Ramos (1979).

quando “pesquisas foram estimuladas pela universidade”, entre as quais destacou a produção articulada pelo Centro de Estudos Afro-Orientais desde 1959, a coordenada por Kátia Mattoso, a partir de 1966, e a desenvolvida no Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, criado em 1969. Ainda nesse terceiro momento, Kátia Mattoso publicou um estudo sobre o tráfico, o cotidiano escravista, as possibilidades de alforria e a inserção do liberto entre os mundos do trabalhador escravizado e o de homens livres (MATTOSO, 1982), no qual focalizou a escravidão como um sistema jurídico, num explícito esforço de “adotar o próprio ponto de vista do escravo”, de acompanhar o seu cotidiano individual e coletivo, de “penetrar na mentalidade” de escravos africanos e crioulos e de libertos, com base em abundante documentação do entorno da baía de Todos os Santos.

Da obra de Pierre Verger, destaca-se a tese defendida na Universidade de Sorbonne, em 1964, editada no Brasil depois de mais duas décadas (VERGER, 1987). Como ele próprio declarou na introdução à edição brasileira, teve o cuidado de estabelecer, a partir dos documentos, as conexões e influências recíprocas, sutis ou declaradas, que se desenvolveram entre Bahia e Daomé, atual Benim. Destacou o fato dos africanos traficados para a Bahia conservarem e transmitirem crenças, hábitos e costumes, de tal modo que teriam reconstituído um ambiente africano do outro lado do Atlântico.

No já citado balanço dos estudos sobre as revoltas escravas na Bahia, João Reis, embasado na linguagem anti-senhorial e antiescravista dos presos, reafirmou a convicção sobre uma orientação de classe na direção dos escravos rebeldes de 1835, em réplica a Renato da Silveira que, na sua tese *La Force et la Douceur de la Force: Structure et Dynamique Afro-Brésilien à Salvador de Bahia*, defendida na *École des Hautes Études em Sciences Sociales*, na França, em 1986, contestara aspectos da sua obra sobre a rebelião dos malês, com o argumento de que a constituição de classe seria um fenômeno histórico plenamente realizável no capitalismo, em cuja ordem econômica se verificariam as condições políticas e institucionais da desigualdade.

Fundamentado em Thompson, Reis admitiu que os escravos da Bahia nunca se constituíssem como classe, mas, num sentido amplo seria lícito identificar a resistência do oprimido, em situações pré-capitalistas, como luta de classe e, num sentido mais estrito, a classe se formaria a partir da luta, ainda que não fosse empiricamente “de classe”. Seria aplicável, portanto, o conceito

de classe para pensar a exploração do trabalho em sociedades complexas como a escravista, na qual as relações de produção expressariam e, em grande parte, delimitariam as estratificações sociais.

Entre os estudos publicados como parte das comemorações do centenário da abolição, a dissertação de mestrado de Maria Inês Côrtes de Oliveira analisou as possibilidades de qualificação profissional de escravos urbanos, de conquista da alforria, de inserção do liberto no mercado de trabalho livre, de constituição de família e tentou “captar a mentalidade” do liberto, através de 472 testamentos de ex-escravos de Salvador, de 1790 a 1890 (OLIVEIRA, 1988). Destacou que a conquista da alforria não fora o mesmo que se tornar livre. Os estigmas do cativo perpetuavam no ex-escravo. Iam além do aspecto jurídico e determinavam as próprias condições de vida do liberto, que não era identificado com o livre. Haveria um conjunto de variáveis capazes de influenciar sobre a forma de utilização da mão de obra escrava, tais como: interesses do senhor, atributos pessoais do escravo e condições do mercado de trabalho.

Na transição do século XX se instituíram novos cursos de pós-graduação e se multiplicou o número de professores a se pós-graduarem em outras unidades da federação e no exterior, que ampliaram os estudos sobre o negro e a escravidão na Bahia. Walter Fraga Filho, por exemplo, acompanhou a trajetória de escravos e libertos dos engenhos do Recôncavo no final do século XIX e início do XX (FRAGA FILHO, 2006, p. 26). A partir de registros cartoriais, procurou perceber como as populações que emergiam da escravidão, de variadas e criativas maneiras, buscaram modificar o rumo de suas vidas em meio à imprevisibilidade nos limites de uma sociedade caracterizada pelas profundas desigualdades étnicas e sociais, mas se recusou a situar o seu estudo na transição para o trabalho livre, de modo a evitar a linearidade do processo histórico sugerida por essa abordagem e não limitar a discussão aos aspectos econômicos da substituição dos escravos pelos trabalhadores livres, porque, quase sempre, ignora que a maioria dos livres tinha vivido a experiência da escravidão ou descendia de escravos. Wlamyra Ribeiro de Albuquerque defendeu tese, convertida em livro (ALBUQUERQUE, 2009), sobre etnias negras, cultura e cotidiano do africano e do afro-descendente na Bahia, nas duas últimas décadas do século XIX. Através da perspectiva da racialização, observou e analisou a persistência de tradições negras nas principais manifestações culturais como

o carnaval, o Dois de Julho e a Festa do Bonfim e nos movimentos sociais políticos abolicionistas e republicanos e a presença cotidiana do negro, em luta pela conquista de espaços políticos, econômicos e sociais.

Também em tese sobre as últimas décadas de vigência da escravidão no Brasil, Wellington Castellucci Júnior propôs estudar a história do negro no Brasil através da vivência de escravos e alforriados em Itaparica (CASTELLUCCI JÚNIOR, 2008). Para isto discutiu postulados da micro-história, que se caracteriza pela redução na escala de observação a fim de se perceber aspectos inatingíveis por outras metodologias, como alternativa de escrita da história, e recorreu a recursos da história regional e local, que se constitui numa proposta de investigação das atividades de grupos sociais articulados historicamente num território, que pode oferecer possibilidades de análises como a identificação de diferenças, a possibilidade de abordagem de especificidades, particularidades do cotidiano social e articular o individual com o coletivo. Para enfatizar as relações do grupo social estudado com o espaço por ele ocupado, Castellucci Júnior abordou aspectos demográficos, sociais e econômicos, como a caracterização da população da ilha, a pesca da baleia na baía de Todos os Santos, atividade econômica de maior dimensão nas comunidades ilhoas até finais do século XIX, a pesca artesanal de subsistência, que também complementava o abastecimento de Salvador, pequenas lavouras de autoabastecimento, enfim, o que ele denominou de “microeconomia escravista” de Itaparica.

Nessa evolução historiográfica, a partir de finais do século XX, passou-se a dedicar mais atenção ao estudo da família escrava, das estratégias de cativos para conquistar as alforrias, como a formação de pecúlio e as liberdades negociadas, das irmandades cristãs e da resistência cultural africana, das relações institucionais dos escravos, enfim, do universo multifacetado da escravidão. Isabel Reis, cuja dissertação, publicada em 2001, dedicou-se à vida familiar e afetiva de escravos, no século XIX, discorreu sobre a legitimidade das uniões conjugais entre cativos e alertou para a necessidade de investigação desse recorte temático para “desvendar recriações” nos padrões matrimoniais submetidos aos limites eurocêntricos de organização familiar e conhecer as condições de vida de um casal com um dos cônjuges submetido ao cativo (REIS, 2001, p. 34-35). Entre as vicissitudes do cotidiano conjugal sob a escravidão, destacou também a preservação de casais e as separações pela venda ou aluguel de um dos parceiros, a evolução da legislação sobre esse aspecto da vivência social

cativa, a maternidade e a infância no cativo, as fugas de mancipios casados e gestantes, o apoio de familiares a essa e outras formas de resistência escrava, os diversos caminhos para a conquista da alforria e o empenho das famílias nesse processo.

No caso da Bahia, entendida com tal, Salvador e Recôncavo, essa pesquisa, em consonância com os estudos das famílias baianas de Kátia Mattoso, esboçou as circunstâncias de vida familiar no cativo de modo que destacou a predominância de uniões conjugais livres, de elevada incidência de infância sem a companhia paterna e, com frequência, ausência também materna. A persistência de valores culturais africanos das famílias extensivas e simbólicas teria concorrido para evitar maior índice de abandono familiar absoluto de crianças cativas de pais separados pelos mais variadas motivos. Ainda sobre condições familiares, outra dissertação (PINHEIRO, 2003) estudou a criança escrava em Salvador e o trabalho infantil cativo, nos últimos anos de vigência do regime de escravidão.

As diferentes formas de resistência à escravidão prevalecem como um dos temas mais investigados. Os já citados estudos de João Reis, e outros em parcerias (REIS; SILVA, 1989; REIS; GOMES, 1996) contribuíram para o redirecionamento interpretativo da historiografia sobre a resistência escrava para uma análise menos tributária das conjunturas políticas das suas elaborações. No estudo da revolta dos malês (REIS, 2003 [1.ed. 1986]), depois de descrever os contextos político, social e econômico da Bahia, “uma das mais prósperas regiões canavieiras das Américas”, nas vésperas do levante dos “filhos de Alá”, Reis analisou as revoltas da plebe livre e de escravos dos períodos colonial e pós-Independência, e situou a rebelião de 1835 no contexto das instabilidades políticas e sociais das regências, durante a menoridade do imperador Pedro II. Na Bahia ocorreram agitações sociais resultantes de várias motivações: um movimento antilusitano, alguns motins militares e uma revolta federalista que tomou o governo da província e o exerceu durante alguns meses.

A revolta dos Malês em 1835, fora herdeira de uma “tradição de audácia que impregnaria as relações escravistas na Bahia nesse período”. Algumas vezes os rebeldes “contaram com um número significativo de participantes”, em outras, “não passaram de algumas dezenas ou menos”. Em toda a primeira metade do século XIX os escravos africanos teriam mantido “os senhores em estado de insegurança constante”, entretanto, “invariavelmente os rebeldes foram derrotados”.

A resistência escrava através das brechas permitidas ou toleradas pelo poder judiciário, no século XIX, na Bahia, foi objeto de estudo da dissertação de mestrado de Ricardo Tadeu Caires Silva (2000), que focalizou a participação cativa na luta pela liberdade no decorrer dos processos jurídicos; a ambiguidade da justiça na interpretação dos direitos escravistas; o alcance da Lei do Ventre Livre; e o desempenho do Estado monárquico na manutenção do trabalho compulsório e na sua gradual extinção. Caires Silva continuou esse estudo na tese de doutorado, oportunidade em que estudou a lenta extinção do trabalho escravo (SILVA, 2007).

A capoeira, como uma tradição rebelde de raízes escravas foi objeto de alguns estudos que investigaram a sua evolução no final de século XIX e início do XX. Um deles focalizou o seu cotidiano em Salvador, entre 1910 e 1925 (DIAS, 2004); e outro, o período de 1912-1937 (OLIVEIRA, 2004). Foi por todos analisada como uma forma de resistência sócio-cultural afro-baiana na primeira metade do século XIX e de enfrentamento com a repressão social.

Religiões africanas e irmandades cristãs de negros, como recurso do sincretismo religioso e da resistência cultural africana, têm sido dos recortes temáticos mais investigados na Bahia. Apenas para exemplificar: há uma tese dedicada ao jarê, uma variante do candomblé cultuada na Chapada Diamantina (SENNA, 1984; 1996); uma dissertação e uma tese que estudam os cultos afro-brasileiros, em particular a umbanda, no Sudoeste da Bahia (AGUIAR, 1999; 2007); uma dissertação consagrada à Irmandade do Rosário do Pelourinho, no século XIX, com destaque das questões étnicas e religiosas (FARIAS, 1997); outra dissertação que estuda a Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos (ANUNCIACÃO, 2005); e uma tese sobre as irmandades do Rosário na Bahia do século XVIII, que analisou as confrarias católicas como elementos constitutivos de uma identidade particular da comunidade escrava, através de irmandades do Rosário, controladas majoritariamente por angolas (REGINALDO, 2005).

Há muitos estudos sobre os cultos afro-brasileiros na Bahia,⁴ dentre estes, duas pesquisas antropológicas sobre o candomblé, resgatam considerável conhecimento da resistência cultural africana. Na primeira, Luiz Nicolau Parés recorreu ao “uso complementar de fontes escritas e orais, em combinação com a análise dos comportamentos rituais” e elaborou um texto interpretativo, situado na interface da história com a etnografia, ou como ele próprio expressou, “ao

⁴ Ver, por exemplo: Lima (1987; 2003); Braga (1988; 1990; 1995; 1999); Soares (1992); Siqueira (1998); Caponi (2004); Lima (2005); Santos (2005); Parés (2006); Reginaldo (2006).

mesmo tempo na área de história e da antropologia da religião afro-brasileira”. Identificou a incidência de uma pluralidade de temas que se articularam através da construção da etnicidade *jeje* no Brasil e da constituição de cultos de voduns na formação do candomblé, que teria origem nas tradições religiosas da Costa da Mina (PARÉS, 2006).

Na segunda, Renato da Silveira identificou a origem e avaliou a evolução do primeiro candomblé de queto, de origem iorubana, do antigo Daomé, no atual Sudoeste de Benin, instituído na Bahia. Embasou-se em diálogos com as fontes documentais, orais e, principalmente, interpretação antropológica. Inspirada no instrumental de análise que o seu autor denominou de “problemática maxiana”, focalizou “o movimento das instituições, sua história, os sucessivos contextos onde elas surgiram, se desenvolveram, adaptaram-se, mudaram de forma e de função”, tentou desvendar contextos históricos em tratados e crônicas, antigos, medievais e modernos (SILVEIRA, 2006).

Dentre os estudos de historiadores sobre o candomblé destaca-se um de João Reis, embasado nos recursos da metodologia ginzburguiana, que admite como objeto da pesquisa histórica uma vivência social específica, a trajetória de um agente da história, uma ocorrência qualquer, enfim, algo que possa revelar fenômenos sociais ou culturais (REIS, 2008). Reis tomou como “guia” o africano Domingos Sodré que, depois de se libertar do cativo num engenho do Recôncavo, conseguiu destacar-se no seu grupo social, nas condições de feiticeiro e adivinho, “papai de terreiro” de candomblé, líder religioso, na cidade de Salvador de grande parte do século XIX, portanto, um expressivo testemunho e também agente histórico da sua época.

Há na Bahia vários estudos etnográficos de povos africanos e sempre que se pesquisa a história da escravidão negra são expostos dados sobre as origens dos africanos. A complexidade do tema continua a exigir novos estudos. Tem-se um desses exemplos na dissertação de Pedro Moraes Trindade, que estudou os angolas em Salvador, na primeira metade do século XIX (TRINDADE, 2008). Entretanto, poucos se dedicaram ao ocaso do trabalho escravo, a exemplo de Jailton Lima Brito, que procurou distinguir “as partes envolvidas na abolição”, desenvolveu uma discussão das estratégias utilizadas pelos cativos, para “transmitir a ideia de que a resistência escrava” fora fundamental para “a eclosão do movimento abolicionista”; tentou caracterizar as relações de “setores da sociedade baiana” com o movimento abolicionista das outras províncias;

esforçou para identificar as lideranças abolicionistas baianas, suas ideias e seus métodos de ação política; buscou averiguar a reação dos escravistas baianos à extinção do trabalho escravo e a crise de mão de obra após o fim do tráfico, com a política de abolição gradual; e se empenhou em conhecer o posicionamento das autoridades baianas diante do processo abolicionista (BRITO, 2003). Outro estudo focalizou o fim do tráfico atlântico de escravos, na primeira metade do século XIX, através de informações da imprensa baiana, e conseguiu reunir dados e reconstituir o cotidiano desse processo na Bahia (JESUS, 2004).

O período imediatamente pós-abolição na Bahia foi objeto de alguns estudos, como a dissertação de Iacy Maia Mata, que investigou a relação entre libertos e ex-escravos com a polícia (MATA, 2002). Um aspecto relevante dessa fase final da escravidão, o tráfico interno de escravos de regiões com economias mais frágeis ou decadentes para as mais consolidadas ou que se expandiam, foi objeto de dois artigos publicados pela revista *Afro-Ásia*. O primeiro (NEVES, 2000) tratou do fluxo comercial de escravos das policulturas e da pecuária do Alto Sertão da Bahia para os cafezais do Vale do Paraíba, em São Paulo, no período de extinção gradual da escravidão; o outro (GRAHAM, 2002), da quantidade, características, origens e destinos dos escravos envolvidos no tráfico interno brasileiro, numa tentativa de quantificar e qualificar o contingente cativo submetido a esses fluxos de migração inter-regional compulsória.

A historiografia da escravidão na agropecuária ampliou-se a partir dos últimos anos do século XX, sobretudo em Minas Gerais. Um desses estudos, com enfoque na primeira metade do século XIX, localizou a maioria dos escravos dessa capitania concentrada em atividades destinadas ao abastecimento interno (FRAGOSO, 1992). Essa vinculação remonta às primeiras décadas do século XVIII, apogeu da exploração mineral e da própria colonização portuguesa no Brasil. Isto indicaria estabilidade de unidades e de complexos agropecuários mercantis voltados para o abastecimento colonial. As três regiões assinaladas, nesse estudo, como de suprimento de produtos agropecuários no século XIX, situam-se no norte de Minas Gerais e uma delas, a de São Francisco/Montes Claros limitava-se com o município de Caetité, cuja ocupação econômica, no início do século XVIII, desenvolveu-se associada à expansão colonizadora mineira, na interação conflituosa de emboabas e paulistas nos interiores das capitanias de Porto Seguro e Ilhéus, anexados a Minas Gerais.

Sobre a escravidão na pecuária e na policultura do Alto Sertão da Bahia, a bibliografia deixa muito a desejar. Como pioneiro Lycurgo Santos Filho, no

estudo de um século e meio da fazenda Campo Seco, percorreu sobre aspectos do cotidiano cativo numa fazenda do sertão: os meios de aquisição e os preços de escravos, os ofícios desempenhados, as nações e as referências étnicas, a acumulação de alguns bens e a formação de pecúlio, as fugas, os castigos, as enfermidades, o vestuário, os casamentos e batizados, os lazeres, a alforria, a atuação e a remuneração de feitores (SANTOS FILHO, 1956).

Talvez por ser casado com uma descendente dos senhores de Campo Seco, Santos Filho suavizou o escravismo dessa unidade agropecuarista sertaneja. O fazendeiro Antônio Pinheiro Pinto não teria sido “nem bom nem mau para com os seus escravos”. Mostrara-se “justo e correto” quando anotou os bens atribuídos a eles, “respeitara-lhes o direito de propriedade” e permitira-lhes “trabalhar em proveito próprio, nas horas de folga”, revelara-se “severo e rigoroso no trato”, quando “mandou fazer dois troncos” para castigar os seus mancípios. E quase em tom de lamento, concluiu que a libertação dos escravos determinou o fim da riqueza acumulada pela sucessão de senhores de Campo Seco. A Lei Áurea teria assinalado o fim da fortuna daquela tradição sertaneja.

Entretanto, o rigor de Pinheiro Pinto na administração dos seus escravos evidencia-se na informação de encomendas de troncos para suplicia-los e nos registros de haveres de cativos e de permissão para que trabalhassem nas folgas, a fim de angariar meios para formação de pecúlio, não tem a mesma eloquência para comprovação de justiça e correção na relação com os escravos. De qualquer modo, pode-se supor que ele se comportara com severidade, como um típico senhor de escravo. Esse senhor de Campo Seco fora apunhalado por um escravo que ele submetera a castigo corporal e falecera, depois de algum tempo, em consequência desse ferimento (SANTOS FILHO, 1956, p. 46; 126).

Outro estudo, também um capítulo de livro, sobre a história do município de Igarorã e sua inserção no Alto Sertão da Bahia, focalizou a escravidão no contexto da pecuária e da policultura, da meação e do campesinato (NEVES, 2008). Repercutiu mais pela novidade metodológica da história regional e local, nele apresentada nos elementos fundamentais e praticada na relação com a documentação utilizada. Alguns aspectos abordados nesse estudo foram retomados nesta pesquisa, à qual se agregou a documentação antes consultada.

Embora se mantivesse restrito a universo espacial muito pequeno, com quase omissão dos aspectos culturais, essa pesquisa situou o trabalho escravo

no contexto sertanejo: identificou no campesinato, tratado como trabalho familiar autônomo; avaliou que a inexistência de feitores, nas unidades agrárias com poucos escravos, não eliminara o caráter degradante, inerente à escravidão, contudo, o trabalho de pequenos proprietários e seus familiares ao lado dos mancipios possibilitara maior proximidade entre escravos e seus senhores, aproximação revelada pelos laços de compadrio e outras relações de intimidade que a vivência na casa senhorial proporcionava, sobretudo, aos jovens; ressaltou o emprego do escravo na pecuária sertaneja, que a historiografia tradicional apresentava como atividade desenvolvida com o trabalho livre, por se embasar em crônicas coloniais que confundiram administradores de fazenda com vaqueiros; caracterizou os escravos sertanejos, com a identificação de nações, grupos étnicos e de cor; averiguou a composição social dos escravos por gêneros e faixas etárias; comparou os preços que lhes foram atribuídos com os de outras mercadorias (uma rês, um cavalo, um quilograma de ouro e um quilograma de prata), no final do século XVIII e no curso do seguinte; discutiu as dificuldades para constituição de família no restrito universo social escravista do sertão; comentou as fugas e outras formas de resistência ao cativeiro; e avaliou as repercussões do processo de extinção gradativa da escravidão.

Com a exploração de fontes cartoriais e o emprego de recursos metodológicos da história regional e local, embora não discutisse os seus postulados teóricos, Elisângela Oliveira Ferreira estudou a formação sócio-cultural e político-econômica do município sanfranciscano de Xique-Xique (FERREIRA, 2008).⁵ Por investigar historicamente o cotidiano de uma comunidade, restringiu o espaço estudado e expandiu a pesquisa por um século de vida comunitária, de modo que lhe permitiu, sem perder a perspectiva de universalidade da análise histórica, apresentar alternativas de diagnósticos, como a facilidade para se identificar diferenças, a possibilidade de se abordar especificidades, a oportunidade de se dissecar particularidades do grupo social e a chance de se articular o individual com o social, fatores fundamentais para estudos comparados e agrários, que atingem dimensões jamais alcançadas pelas abordagens sistêmicas ou de grandes recortes espaciais, dedicadas à identificação das semelhanças na totalidade.

Nesta perspectiva de universalização das informações, de articulação de fatores metodológicos básicos de escrita da história, de uso exaustivo da

⁵ Ver, também, Ferreira (2005).

documentação e apoio de ampla historiografia específica e de afinidade com o tema, elaborou uma história dos laços familiares, inclusive sob o cativo, no Médio São Francisco. Sobressai, entre outras narrativas, a da trajetória da escrava Maria José, que fugira de uma fazenda em Petrolina, na província de Pernambuco, e passara a viver na Bahia, inicialmente no município de Barra do Rio Grande, depois no de Xique-Xique onde, durante mais de três décadas, resistira a processos jurídicos e mantivera a sua liberdade e as dos seus oito filhos e descendentes deles.

A escravidão, na pecuária do Médio São Francisco, foi estudada por Ricardo Moreno Pinho em dissertação de mestrado, na qual focalizou origem, cor, gênero, condição jurídica e outros aspectos dos cativos, com base em registros de batismo e de inventários pós-morte (PINHO, 2001). Esse estudo constatou também a predominância dos proprietários de poucos escravos. O sertão do Médio São Francisco foi também definido como espaço de estudo da dissertação de mestrado defendida por Valdélino Santos Silva, que focalizou a comunidade negra de Rio das Rãs pelo prisma que denominou de quilombo contemporâneo (SILVA, 1998).

Em dissertação de mestrado, convertida em livro e em tese de doutorado, Maria de Fátima Novais Pires estudou escravos e libertos em Caetitê e Rio de Contas (PIRES, 2003; 2005). Na primeira oportunidade dedicou-se ao cotidiano de escravos e libertos nas atividades produtoras e distribuidoras “de gado e gêneros de primeira necessidade” para Minas Gerais, Goiás e outras regiões da Bahia, através de fontes primárias como autos de inventários e escrituras comerciais, entre 1830 e 1888. Estendeu o estudo, no que oferecem os autos processuais, aos crimes por eles cometidos. Na segunda, continuou o estudo até a década de 1920, com recursos das mesmas tipologias de fontes.

Kátia Lorena Novais Almeida, numa investigação demográfica, dissecou as alforrias de cativos em Rio de Contas, no século XIX (ALMEIDA, 2006). Estes e outros estudos, embora ainda insuficientes, ampliaram o conhecimento sobre a escravidão nas policulturas e na pecuária sertanejas, em cujas unidades agrárias empregavam-se poucos escravos.

A mineração aurífera de Rio de Contas, no século XVIII, com a caracterização das relações de poder e as tensões vividas e promovidas por escravos e escravistas foi o objeto da dissertação de mestrado de Albertina Vasconcelos (1997). Cristina Pina defendeu uma dissertação sobre a escravidão

em garimpos da Chapada Diamantina no século XIX, com enfoque na cidade de Mucugê, da qual publicou um artigo que reúne os seus principais argumentos (PINA, 2000; 2001).

Sobre o Sertão dos Tocós, no vale do Jacuípe ou, mais amplamente, entre as ribeiras do Paraguaçu e do Itapicuru, há três estudos de pós-graduação, inéditos: o primeiro (RIOS, 2003) focaliza as organizações dos poderes locais e as articulações políticas regionais de Conceição do Coité, no século XIX e faz também uma incursão pelo mundo da escravidão, que é apresentado nos seus aspectos fundamentais, com base em fontes primárias; o segundo (FREIRE, 2007), embasado também em documentação cartorial, sobretudo inventários e testamentos senhoriais e numa ampla bibliografia, analisa a escravidão na pecuária e na policultura em Feira de Santana, com a caracterização dos cativos e da produção escravista; e o terceiro (LACERDA, 2008), depois de situar o trabalho escravo no contexto socioeconômico pecuarista e policultor da freguesia de Serrinha, na fase final da escravidão, procura identificar os traços gerais da composição étnica dos cativos, os fatores intervenientes na definição de preços e da demanda por escravos, os aspectos do cotidiano escravista como morbidade, expectativa de vida, formas de resistência ao sistema escravista, alforrias e tenta caracterizar as relações sociais e familiares sob o cativo.

A inserção social do negro no Sertão da Ressaca foi estudada por Washington Santos Nascimento (2008), fundamentado na “teoria das representações sociais” de Pierre Bourdieu, na acepção de Maria Cecília de Souza Minayo, que definiu essa tipologia de representação como uma “percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento”, uma categoria que expressaria a realidade através da explicação, justificativa ou questionamento. Nascimento ressaltou, embasado em Francisco Falcon que, no paradigma “moderno”, as representações significariam “um discurso produzido pela constatação de uma realidade”, instrumento de análise de um fenômeno social, portanto, uma “categoria inerente ao conhecimento histórico de uma realidade”; e na concepção “pós-moderna” elas se associariam ao próprio objeto do conhecimento para mostrar a impossibilidade de haver um conhecimento histórico do mundo, que o “real” como “objeto” não existiria, “apenas as suas representações”.

Com esse instrumental de análise e algumas informações de cronistas e historiadores, Nascimento vislumbrou o Sertão da Ressaca como uma “região negro-mestiça”, da qual ressaltou o “contato étnico-racial entre índios, negros e brancos” no processo de ocupação colonizadora, numa complexa formação social. Destacou três grupos indígenas regionais: ymboré, kamakã e pataxó. Quanto aos primeiros negros, baseado numa crônica oitocentista, ele informou serem “quilombolas”, sem, contudo, indicar qualquer agrupamento de fugitivos do cativo no território indígena ocupado pelos colonizadores portugueses. Entretanto, identificou na descendência de um agente dessa colonização, João Gonçalves da Costa, qualificado como “preto forro”, a sua principal referência para a composição étnica “negro-mestiça” regional.

Há também interpretações impróprias de fontes bibliográficas. No terceiro capítulo, por exemplo, ele recorreu ao imagético de uma quadrinha oitocentista, que reporta a uma negra amarrada pelo senhor, para defender a necessidade de se “relativizar a ideia de que, nos sertões baianos, os escravos eram mais bem tratados” e cita “Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)”, que identificou especificidades do emprego da mão de obra escrava em diferentes atividades: monocultura, policultura, mineração, pecuária, serviços domésticos. Esse estudo constatou, como antes já se reportou, apenas que a inexistência de fatores nas unidades agrárias com poucos escravos não eliminara “o caráter degradante, inerente à escravidão”, contudo, o trabalho de pequenos proprietários e seus familiares ao lado dos municípios possibilitara “maior proximidade entre escravos e senhores”, revelada por laços de compadrio, raros nas monoculturas, nas quais o feitor intermediava essas relações. Isto, de modo nenhum, significa suavidade nem há nesse estudo qualquer proposição tendente a amenizar o tratamento de escravos por senhores na policultura e na pecuária sertanejas, mas alargar a visão sobre o universo social escravista.

Em linhas gerais, estas são as nuances dos estudos da escravidão na Bahia, depois de se estenderem para além das bordas da baía de Todos os Santos, alcançarem recortes temáticos e estudos localizados e regionalizados de comunidades sertanejas.

HISTORIOGRAPHY ON THE BLACK, THE SLAVERY AND THE AFRICAN CULTURAL INHERITANCE IN THE BAHIA

ABSTRACT

The Bahian historiographic production on the black, the slavery and the African cultural inheritance, with indications of types of the studies, boarded aspects, methodological options and searched sources.

KEY WORDS: *Bahian historiography. Black culture. Historical research. Slavery.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, I. P. de. **As religiões afro-brasileiras em Vitória da Conquista:** caminhos da diversidade. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica da São Paulo. São Paulo, 1999.

_____. de. **Do púlpito ao baquiço:** religiões e laços familiares na trama da ocupação do Sertão da Ressaca. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica da São Paulo. São Paulo, 2007.

ALBUQUERQUE, W. R. de. **O jogo da dissimulação:** abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

ALMEIDA, K. L. N. **Alforrias em Rio de Contas, Bahia, século XIX.** 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

ANDRADE, M. J. de S. **A mão-de-obra escrava em Salvador, 1811-1860.** 1975. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1975.

ANDRADE, M. J. de S. **A mão-de-obra escrava em Salvador, 1811-1860.** São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988.

ANUNCIACÃO, L. F. L. da. **Senhoras do cajado:** um estudo sobre a Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

BRAGA, J. **A cadeira de ogã e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Pallas, 1999.

_____. **Na gamela do feitiço:** repressão e resistência nos candomblés da Bahia. Salvador: Ecao; Edufba, 1995.

_____. **O jogo de búzios: um estudo da adivinhação no candomblé.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. (Org.). **Religião e cidadania.** Salvador: Egba; Ufba, 1990.

BRITO, J. L. **A abolição na Bahia: 1870-1808.** Salvador: CEB, 2003.

CALMON, P. **A insurreição da senzala.** Petrópolis: Pro Luce, 1933.

CAMPOS, H. **Capoeira na universidade: uma trajetória de resistência.** Salvador: Edufba, 2001.

CAPONI, S. **A busca da África no candomblé: tradição e poder no Brasil.** Rio de Janeiro: Contra Capa; Pallas, 2004.

CARNEIRO, E. **O candomblé da Bahia.** Rio de Janeiro: Ediouro, [s. d.]. [1. ed. 1948]

_____. **O Quilombo de Palmares.** 4. ed. São Paulo: Nacional, 1988. [1.ed. São Paulo: Brasiliense, 1947]

CASTELLUCCI JÚNIOR, W. **Pescadores e roceiros: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX, 1860-1888.** São Paulo: Annablume, 2008.

DIAS, A. A. **A malandragem da mandinga: o cotidiano das capoeiras em Salvador na República Velha.** 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.

FARIAS, S. O. **Irmãos de cor, de caridade e de crença: a Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia, século XIX.** 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1997.

FERREIRA, E. O. **Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, século XIX.** 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

_____. O. Os laços de uma família: da escravidão à liberdade nos sertões do São Francisco. **Afro-Ásia**, n. 32, p. 185-218, 2005.

FRAGA FILHO, W. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910).** Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FRAGOSO, J. L. R. Minas Gerais: escravos e camponeses no complexo agropecuário voltado para o abastecimento interno. In: _____. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p. 104-112.

FREIRE, L. C. M. **Nem tanto ao mar, nem tento à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888**. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

GRAHAM, R. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. **Afro-Ásia**, n. 27, p. 121-160, 2002.

JESUS, P. C. **O fim do tráfico de escravos na imprensa baiana, 1811-1850**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.

LACERDA, A. P. C. T. **Caminhos da liberdade: os últimos anos da escravidão em Serrinha – Bahia (1868-1888)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

LEAL, L. A. P. **“Deixai a política da capoeiragem gritar”** – Capoeiras e discursos de vadiagem no Pará Republicano (1888-1906). 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2002.

LIMA, F. B. **Os candomblés da Bahia: tradições e novas tradições**. Salvador: Arcádia, 2005.

LIMA, V. C. **A família-de-santo nos candomblés jeje-nagôs da Bahia**. Salvador: Corrupio, 2003.

_____. O candomblé da Bahia na década de 1930. In: Oliveira, W. F.; LIMA, V. C. (Org.). **Cartas de Edson Carneiro a Artur Ramos**. Salvador: Corrupio, 1987. p. 37-73.

MATA, I. M. **Os Treze de Maio**. Ex-senhores, polícia e libertos na Bahia após a abolição. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2002.

MATTOSO, K. M. de Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

NASCIMENTO, W. S. **Construindo o “negro”**: lugares, civilidades e festas em Vitória da Conquista – BA (1870-1930). 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

NEVES, E. F. Escravidão policultora, meação e campesinato. In: _____. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)**. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: Edufba; Feira de Santana: Uefs Editora, 2008. p. 261-303.

_____. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto Sertão Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista. **Afro-Ásia**, n. 24, p. 97-128, 2000.

OLIVEIRA, J. P. **Pelas ruas da Bahia**: criminalidade e poder no universo dos capoeiras na Salvador Republicana (1912-1937). 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.

OLIVEIRA, M. I. C. de. **O liberto, o seu mudo e os outros**. 1979. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1979.

_____. **O liberto: o seu mundo e os outros**. Salvador, 1790-1890. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988.

PARÉS, L. N. **A formação do candomblé**: história e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

_____. O processo de “nagoização no candomblé baiano. In: BELINI, L.; SOUZA, E. S.; SAMPAIO, G. dos R. (Org.). **Formas de crer**: ensaios de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, séculos XIV-XXI. Salvador: Corrupio, 2006. p. 299-329.

PINA, M. C. D. Os negros do diamante: escravidão no sertão das Lavras Diamantinas, século XIX. **Politeia: história e sociedade**, v. 1, n. 1, p. 179-200, 2001.

_____. **Santa Isabel do Paraguassu**: cidade, garimpos e escravidão nas Lavras Diamantinas, século XIX. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2000.

PINHEIRO, M. C. L. **Das cambalhotas ao trabalho**: a criança escrava em Salvador, 1850-1888. 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.

PINHO, J. R. M. **Escravos, quilombolas ou meeiros?** Escravidão e cultura política no Médio São Francisco (1830-1888). 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001.

PIRES, M. de F. N. **Fios da vida**: trajetórias de escravos e libertos no Alto Sertão da Bahia. Rio de Contas e Caetitê (1860-1920). 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2005.

_____. **O crime na cor**: a experiência escrava no Alto Sertão da Bahia – Rio de Contas e Caetitê (1830-1888). São Paulo: Annablume, 2003.

QUIRINO, M. **Costumes africanos no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Recife: Fundaj; Massangana; Funarte, 1988. [1.ed. 1938]

RAMOS, A. **As culturas negras no mundo**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1979. [1.ed. 1935]

_____. **O negro brasileiro**. Etnografia religiosa. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1951. [1.ed. 1934]

REGINALDO, L. Festas dos confrades pretos: devoções, irmandades e reinados negros na Bahia setecentista. In: BELINI, L.; SOUZA, E. S.; SAMPAIO, G. dos R. (Org.). **Formas de crer**: ensaios de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, séculos XIV-XXI. Salvador: Corrupio, 2006. p. 197-225.

_____. **Os Rosários dos angolas**: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2005.

REIS, I. C. F. dos. **Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**. Salvador: Edufba; Centro de Estudos Baianos, 2001.

REIS, J. J. **Domingos Sodré, um sacerdote africano**: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

_____. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. [1.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986]

_____. Um balanço dos estudos sobre as revoltas escravas da Bahia. In: _____. (Org.). **Escravidão e invenção da liberdade**: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 87-140.

_____. (Org.). **Escravidão e invenção da liberdade**: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____.; GOMES, F. dos S. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

_____.; SILVA, E. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

RIOS, I. N. A. **Nossa Senhora da Conceição do Coité**: poder e política no século XIX. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.

SANTOS FILHO, L. A escravaria. In: _____. **Uma comunidade rural do Brasil antigo** (aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX). São Paulo: Nacional, 1956. p. 117-130.

SANTOS, J. T. Candomblé e espaço urbano na Bahia do século XIX. **Estudos Afro-Asiáticos**, a. 27, n. 1-3, p. 205-226, 2005.

SENNA, R. de S. *Jaré: manifestação religiosa na Chapada Diamantina*. 1984. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1984.

_____. *Jaré: uma face do candomblé*; manifestação religiosa na Chapada Diamantina. Feira de Santana: Uefs; Lençóis: Prefeitura Municipal, 1996.

SILVA, R. T. C. **Caminhos e descaminhos da abolição**: escravos, senhores e direito nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888). 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

_____. **Os escravos vão à Justiça**: a resistência escrava através das ações de liberdade. Bahia, século XIX. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2000.

SILVA, V. S. **Do Mocambo do Pau-Preto a Rio das Rãs**: liberdade e escravidão na construção da identidade negra de um quilombo contemporâneo. 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1998.

SILVEIRA, R. da. **O Candomblé da Barroquinha**: processo de reconstrução de primeiro terreiro baiano de keto. Salvador: Maianga, 2006.

SIQUEIRA, M. de L. *Agô Agô Lonan*: mitos, ritos e organização em terreiros de candomblé da Bahia. Belo Horizonte: Maza, 1998.

SOARES, C. M. Resistência negra e religião: a repressão ao candomblé de Paramirim, 1853. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 23, p. 133-132, 1992.

TRINDADE, P. M. **Do lado de cá da kalunga**: os africanos angolas em Salvador, 1800-1864. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

VASCONCELOS, A. L. **Ouro: conquistas, tensões, poder**. Mineração e escravidão – Bahia do século XVIII. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 1997.

VERGER, P. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos: séculos XVII a XIX**. São Paulo: Corrupio, 1987.

VIANA FILHO, L. **O negro na Bahia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. [1.ed. 1946]